

A IMPORTANCIA DA *NOSTRA AETATE* NA RELAÇÃO ENTRE JUDEUS E CRISTÃOS

THE IMPORTANCE OF *NOSTRA AETATE* IN THE RELATIONSHIP BETWEEN JEWS AND CHRISTIANS

Luciano José DIAS, Doutorando em Teologia bíblica pela PUC-SP, pós-graduado em práticas pedagógicas de ensino religioso e em Cultura Judaico-Cristã, História e Teologia pela Universidade UNIFAI - Assunção SP e membro do Grupo de Pesquisa TIAT.*

Cicero Gonsalves de MOURA, licenciado em Estudos Sociais pela Universidade Cruzeiro do Sul com especialização em Coordenação Pedagógica pela UFSCAR. **

Resumo

O diálogo inter-religioso é a ferramenta central da declaração *Nostra Aetate* promulgada no Concílio Vaticano II, ela norteia a necessidade da valorização e reconhecimento das outras manifestações religiosas, como condição *sine qua non* para a convivência harmoniosa entre as diversas religiões. A declaração evidencia a relevância da identificação das raízes judaicas no Cristianismo, incentivando a aproximação entre Judeus e Cristãos, depois de séculos de separação, sendo assim podemos evidenciar este movimento como um dos objetivos da *Nostra Aetate*. O presente artigo busca compreender os motivos que implicaram na cisão religiosa entre estes grupos, analisar as consequências deste distanciamento ao longo dos séculos, evidenciando o papel da Igreja na construção do sentimento antisemita ao longo da história, bem como destacar as contribuições do Concílio Vaticano II e sobretudo da declaração, que destaca um vínculo espiritual, entre ambas as tradições religiosas

Palavras-chave: Cisão, Antisemitismo, *Nostra Aetate*, Diálogo, Inter-religiosos.

Abstract

Interreligious dialogue is the central tool of the *Nostra Aetate* declaration, promulgated at the Second Vatican Council. It emphasizes the need to value and recognize other religious expressions as a *sine qua non* for harmonious coexistence among different religions. The declaration highlights the relevance of identifying Jewish roots in Christianity, encouraging rapprochement between Jews and Christians after centuries of separation. Thus, we can highlight this movement as one of the objectives of *Nostra Aetate*. This article seeks to understand the reasons that led to the religious split between these groups, analyze the consequences of this separation over the centuries, highlight the role of the Church in the development of anti-Semitic sentiment throughout history, and highlight the contributions of the Second Vatican Council and, above all, the declaration, which emphasizes a spiritual bond between both religious traditions.

Keywords: Split, Antisemitism, *Nostra Aetate*, Dialogue, Interreligious.

* E-mail: lucianojdias@gmail.com

** E-mail: mouracicero2016@gmail.com

Introdução

Promulgada em 28 de outubro de 1965, pelo Concílio Vaticano II a Declaração *Nostra Aetate*, constitui um marco decisivo no processo de reconhecimento e estabelecimento de vínculos entre diferentes denominações religiosas, entre elas judeus e cristãos. Durante séculos de distanciamento, marcado por tensões, preconceitos e episódios de hostilidades, muitas vezes impulsionados por interpretações teológicas que reforçavam esta cisão.

Jules Isaac argumenta que o antijudaísmo cristão está inserido em um contexto histórico-teológico que procura entender a origem da intolerância religiosa contra os judeus na tradição cristã. Ele evidencia que, desde os primeiros séculos da era cristã, algumas interpretações dos textos bíblicos foram feitas de modo a culpar o povo judeu de forma coletiva pela morte de Jesus, fortalecendo a chamada “doutrina do deicídio”. Como podemos observar na citação a seguir.

Uma vez que o povo judeu, como um todo, mostrava-se irredutível, tornava-se necessário, para a edificação dos fiéis e a conquista dos gentios, que o povo judeu como massa fosse mau, fundamentalmente mau, indigno, carregado de crime, de opróbrio e de maldição. E uma vez que isso se tornava necessário, tornava-se verdadeiro, de uma verdade teológica, excedendo infinitamente a verdade histórica e, se preciso fosse apagando. (ISAAC,1999, p. 169)

De acordo com Jules Issac, essa construção teológica serviu como base ideológica para o afastamento social, marginalização e perseguição dos judeus ao longo da história do cristianismo. A continuidade dessa narrativa demonstra não só aspectos religiosos, mas também políticos e culturais, expondo como as interpretações teológicas podem afetar as relações entre comunidades e justificar comportamentos hostis e até de exclusão social. Portanto, a reflexão de Jules Isaac é fundamental tanto para entender os processos históricos do antijudaísmo quanto para apoiar os esforços atuais de diálogo inter-religioso e reconciliação histórica.

Sendo assim, a Declaração representa uma mudança no paradigma, ao propor uma releitura das relações da Igreja Católica com as religiões não cristãs, enfatizando a necessidade de superar atitudes de intolerância historicamente enraizadas.

A importância deste documento não reside apenas em seu valor doutrinal, mas também em seu impacto histórico, cultural e inter-religioso, tornando-se ponto de partida para o diálogo.

Assim, compreender a relevância da *Nostra Aetate* significa analisar tanto sua dimensão teológica quanto seu papel na construção de novas formas convivência entre judeus e cristão.

A Religião Cristã e suas Raízes Judaicas

Jesus de Nazaré nasceu e viveu em um contexto completamente judeu, no qual as práticas, crenças e tradições nortearam sua vida, vivenciando as leis e tradições judaicas, como a Páscoa, a circuncisão, a observância do Shabat.

Entender Jesus em seu contexto judaico é fundamental para o trabalho de Philippe Haddad. De acordo com o autor, Jesus não veio para abolir a Torah, mas para revitalizar seu significado interno, estando completamente integrado à tradição de Israel, “a Torah corria em suas veias, no seu sangue, sobre os seus lábios” (2015, p. 21).

Haddad também destaca que suas ações, desde o nascimento até a realização de festas e leituras litúrgicas, confirmam sua adesão à tradição judaica (2015, p. 19-20). Ademais, a utilização de parábolas no estilo rabínico, semelhantes aos meshalim da literatura rabínica, enfatiza que seu ensino não se desvinculou da tradição, mas a aprofundou: “Imerso nessa tradição de Israel, Jesus preconizou o שׁוֹרְדִּים, a ‘renovação do sentido’” (2015, p. 22).

Além disso, o autor coloca várias parábolas em contextos litúrgicos, como a da figueira em período pascal, e aponta semelhanças textuais com a Mishná, como a analogia entre os quatro tipos de solo na parábola do semeador e os quatro tipos de alunos (2015, p. 124-128). Assim, Haddad mostra que Jesus deve ser visto como um mestre judaico, cujos ensinamentos estão completamente integrados nas práticas, na linguagem e na espiritualidade do Judaísmo do século I.

Os primeiros cristãos, como os apóstolos, acreditavam que Jesus era o Messias prometido pelas Escrituras judaicas. O Cristianismo compartilha com o Judaísmo muitas tradições e fundamentos; entre eles, a principal é a Torah (os cinco primeiros livros do primeiro Testamento), sendo as profecias judaicas, de Isaías e Jeremias, que são compreendidas pelos cristãos como predições que se cumprem na figura de Jesus.

Nos primeiros anos após a morte de Jesus, os seguidores de Cristo ainda seguiam as tradições judaicas. Inicialmente o movimento cristão era visto como uma seita interna ao judaísmo, com seus seguidores frequentando o Templo e praticando todas as tradições judaicas.

O distanciamento entre Cristianismo e Judaísmo não ocorreu instantaneamente, mas progressivamente, espelhando um complexo processo histórico. O historiador Flávio Josefo descreve Jesus como um “homem sábio” (1956, Livro 18, capítulo 3.), afirmando que ele atraiu seguidores no Judaísmo.

Outro fato que corrobora este distanciamento é retratado no Concílio de Jerusalém, descrito em Atos dos Apóstolos (15,1-35), demonstra que a distinção entre Cristianismo e

Judaísmo não foi imediata. A reunião foi convocada para debater se os gentios convertidos deveriam cumprir totalmente a Lei judaica, incluindo a circuncisão.

Em meio ao concílio, Pedro e Tiago debateram a necessidade de determinar a Lei aos convertidos, como observarmos no versículo a diante “Com efeito, pareceu bem ao Espírito Santo e a nós não vos impor nenhum outro peso além destas coisas indispensáveis” (At 15,28). Decidiu-se então que os gentios deveriam seguir algumas normas essenciais, demonstrando que os primeiros cristãos buscavam equilibrar sua identidade judaica com a expansão para os não-judeus.

Desta forma, à medida que se consolidavam diferenças teológicas, sociais e culturais. Como ressalta Heschel, “judeus e cristãos compartilham uma memória espiritual comum, enraizada na Escritura e na aliança com Deus” (1976, p. 45), evidenciando que os primeiros adeptos de Jesus estavam ligados à tradição judaica. Apenas com o passar do tempo, à medida que o Cristianismo se difundiu entre os gentios e incorporou práticas próprias, conseguiu se firmar como uma religião distinta.

A expansão do cristianismo para além dos territórios judaicos produziu novas tensões. A doutrina sobre a natureza de Cristo promoveu uma cisão entre judeus e cristãos, particularmente em relação à compreensão da divindade de Jesus e sua ressurreição. Como afirma Sanders “O ponto decisivo de separação entre o judaísmo e o cristianismo foi a questão da pessoa de Jesus: para os cristãos, Ele é o Messias e Filho de Deus; para os judeus, essa identificação era inaceitável, pois comprometia a unicidade divina afirmada na Torá”. (2003, p. 45). As distintas formas de reconhecer a Cristo, ampliou ainda mais a cisão entre as doutrinas religiosas.

A cristologia anunciada por Santo Agostinho e os padres da Igreja no início do Cristianismo alicerçou sua base teológica como uma religião separada do Judaísmo. Adotando dogmas como a Trindade, fundamento incompatível e inaceitável a tradição judaica. Essa distinção entre as duas religiões é evidenciada por Heschel quando afirma, “A concepção cristã da Trindade, que reconhece em Deus três pessoas distintas — Pai, Filho e Espírito Santo —, é absolutamente incompatível com a fé judaica, cuja profissão central é a unidade indivisível de Deus” (2000, p. 112).

A partir da leitura teológica e histórica distorcida, difundiu-se a ideia de que os judeus eram coletivamente responsáveis pela morte de Jesus (o chamado "deicídio"). Esse argumento teve grande influência na teologia cristã durante séculos, gerando ressentimento e hostilidade, tornando-se um dos maiores fatores para o antisemitismo ao longo da história, como afirma Kertzer, “Ao longo da história cristã, desenvolveu-se a noção de que o povo judeu como um

todo era culpado pela morte de Jesus, criando a base teológica para o preconceito e a perseguição aos judeus" (2001, p. 34)

Por consequência, ocorreram vários ataques aos judeus em diferentes locais da Europa principalmente durante as cruzadas. Cristãos cruzados, movidos pelo anseio de "purificar" a terra e a fé cristã, começaram a atacar comunidades judaicas, especialmente nas regiões do Império Germânico.

Ao longo das Cruzadas, a Igreja não apenas permitiu, mas também incentivou a violência contra os judeus, caracterizando-os como "infiéis" e "hereges". Embora ela não tenha apoiado oficialmente os massacres, a violência foi justificada em nome da proteção da fé em Cristo, mesmo sem endossar oficialmente os massacres, a violência foi legitimada em prol da proteção da fé cristã, como aponta FALBEL:

Os massacres contra os judeus ashkenazim na Primeira Cruzada, especialmente na região da Renânia, resultaram em uma completa reinterpretação por parte das comunidades judaicas sobre sua relação com o cristianismo e sua identidade religiosa. (1997, p. 45)

A perseguição aos judeus envolveu acusações de blasfêmia, falsificação de hóstias e conspiração contra cristãos. Os judeus, eram continuamente acusados de interferir na sociedade cristã ou de realizar ações ofensivas e/ou contrárias à fé católica, o que levaria a retaliações por parte da Santa Sé, como intervenções sociais que limitavam seus direitos. Essa expansão do alcance da Inquisição reflete como a instituição religiosa consolidou mecanismos de controle social e doutrinário, utilizando a autoridade eclesiástica para punir aqueles considerados ameaças à ortodoxia cristã.

A Inquisição, estabelecida formalmente no século XII pela Igreja Católica, inicialmente visava combater hereges dentro do cristianismo, mas, ao longo do tempo, suas práticas e tribunais também passaram a visar judeus, muçulmanos e outros grupos considerados desviantes, sendo instrumentos de controle religioso e social que legitimavam perseguições e discriminações." (LE GOFF, 2003, p. 312-314).

Durante os séculos XIV e XV, devido à perseguição promovida pela Inquisição, muitos judeus foram obrigados a receber o batismo cristão, especialmente na Península Ibérica.

Como afirma BENSON, "Nos séculos XIV e XV, a Inquisição não apenas perseguiu hereges cristãos, mas também pressionava judeus a se converterem ao cristianismo, muitas vezes sob ameaça de morte ou confisco de bens, resultando em batismos forçados em larga escala na Península Ibérica" (2001. p. 78-80).

Contudo, havia suspeitas de que muitos convertidos, conhecidos como cristãos-novos, continuavam secretamente praticando rituais judaicos, o que gerou desconfiança social, tensões religiosas e a criação de comunidades clandestinas que persistiram por séculos.

Um fato a ser destaco, foi a expulsão dos judeus que viviam na Espanha em 1492, o Edito de Alhambra, decretado pelos reis católicos Isabel de Castela e Fernando de Aragão, foi um exemplo trágico da força da inquisição na Europa. O decreto determinava que os judeus se convertessem ao cristianismo, caso não deveriam deixar os reinos espanhóis, que buscavam uma unificação religiosa e política.

O decreto de 1492, conhecido como Édito de Alhambra, ordenou a expulsão dos judeus da Espanha sob pena de morte, um ato que marcou de forma trágica a história da comunidade judaica ibérica e demonstrou a intolerância religiosa promovida pelos monarcas católicos. (BENTLEY, 2001, p. 211)

Este fato evidencia como o sectarismo religioso foi legitimado da pela Inquisição manifestando-se de forma drástica, interferindo direta e profundamente na vida social, econômica e cultural das diversas comunidades judaicas.

Tendo como justificativa oficial a busca pela "purificação religiosa", obrigando os judeus a se converterem ao cristianismo ou a abandonar o país. Em 1497, Portugal adotou a mesma política. A ideia de que a presença dos judeus ameaçava a "pureza" da fé cristã alimentou a perseguição. Embora a alegação da perseguição fosse a fé, a história confirma que as questões políticas e econômicas eram o principal motivo dessas perseguições.

Ao longo da Idade Média, os judeus e cristãos foram gradualmente se afastando. Em diversos locais, judeus foram obrigados a residir em áreas segregadas, conhecidas como judarias, a vestir roupas que os identificassem facilmente, como o chapéu amarelo ou a roda de ouro, além de enfrentarem restrições em relação à liberdade de movimento, ao acesso a cargos públicos, e além disso, estavam sujeitos a impostos elevados.

As perseguições aos judeus durante a Idade Média geraram um legado de desconfiança e animosidade que persistiu por séculos. As práticas teológicas, jurídicas e políticas que marginalizavam os judeus foram afetadas por esse antisemitismo medieval, assim como as atitudes sociais.

Nesse período, a relação entre judeus e cristãos se desgastou significativamente, resultando em uma divisão teológica, social e política que perdurou até o século XX. A deterioração das relações entre judeus e cristãos deve ser compreendida à luz da reflexão de Abraham Joshua Heschel, que reconhece que ambos os grupos partilham uma origem espiritual comum, mas que, ao longo da história, essa fraternidade se desfez em razão de mal-entendidos teológicos e atitudes de exclusão mútua.

A longa história de tensões entre judeus e cristãos, marcada por diferenças teológicas, perseguições sociais e exclusões políticas, consolidou uma divisão que se manteve ao longo dos séculos, desde a Idade Média até o século XX. (HESCHEL, 2004, p. 123-125)

A consequência foi uma divisão teológica, social e política que perdurou por séculos, alimentada por uma teologia de substituição e pela marginalização do povo judeu. Heschel afirma, que a superação dessa herança histórica necessita de reencontro da fé e da reverência diante do mesmo mistério divino, reconhecendo a dignidade e a manutenção da aliança de Deus com Israel (2000. p. 112).

É importante destacar que o movimento protestante, que começou com Martinho Lutero em 1517, constitui um marco significativo na história da Igreja e na relação entre cristãos e judeus. Inicialmente, Lutero teve uma visão positiva dos judeus, esperando que se convertessem ao protestantismo. Durante esse tempo, o reformador tinha a convicção de que, uma vez livres dos abusos do papado e da superstição, os judeus aceitariam o Evangelho de forma espontânea.

Contudo, após a recusa judaica em aceitar sua pregação, Lutero expressa profunda decepção e transforma sua esperança em ódio teológico. No escrito, “Dos judeus e suas mentiras”, ele escreve de modo violento: “As sinagogas devem ser queimadas, e o que não se queimar deve ser coberto com terra, de modo que ninguém mais veja pedra ou cinza delas” (LUTERO, 1543, p. 223).

Em outro trecho, chega a declarar: “Devemos expulsá-los de nosso país para sempre, pois eles são uma carga intolerável” (LUTERO, 1543, p. 226). Essas indagações evidenciam o antisemitismo religioso, substituindo a preocupação missionária inicial por uma teologia do desprezo.

Desse modo, as próprias palavras de Lutero demonstram essa passagem de uma expectativa evangelizadora para um discurso abertamente persecutório, que teria consequências duradouras na tradição cristã europeia, servindo de fundamento ideológico para posteriores manifestações de antijudaísmo.

Em sua obra “Dos judeus e suas mentiras” (1543), Lutero proferiu severas críticas aos judeus, alegando que eles eram adversários de Cristo e da Igreja. Ele chegou a propor ações violentas contra os judeus, como demolir suas sinagogas e impedir que ocupassem determinados empregos e posições. Como evidencia-se na citação abaixo.

Devemos queimar as sinagogas deles e tudo o que possuem; devemos destruir suas casas e obrigar-los a trabalhar, como fazem os ciganos. Se isso não for suficiente, devemos expulsá-los para sempre do país. Eles são uma carga pesada, uma praga e uma desgraça para nós. (LUTERO, 1989, p. 233)

Essa afirmação de Lutero demonstra a mudança drástica de sua atitude em relação aos judeus ao decorrer de sua vida. A princípio, ele pensava que a reforma cristã poderia conduzir os judeus à conversão (conforme expresso em textos de 1523), porém, diante da recusa judaica, passou a adotar uma postura de hostilidade explícita. Essa atitude, ao longo da história,

contribuiu para a marginalização social e religiosa dos judeus por séculos, evidenciando como a decepção teológica pode evoluir para o ódio institucionalizado.

Apesar de algumas comunidades protestantes, como as influenciadas pelo humanismo, terem uma perspectiva mais positiva em relação aos judeus, a Reforma em geral acabou por intensificar o ódio aos judeus, tanto na Alemanha quanto em diversas regiões da Europa. A divisão da Igreja Católica e o aparecimento das novas igrejas protestantes não trouxeram mudanças na percepção dos judeus, que continuaram sendo marginalizados.

Foram forçados a viver em áreas segregadas, como os guetos, nas principais cidades italianas, como Veneza e Roma. O primeiro gueto foi estabelecido em Veneza em 1516 denominado *Ghetto Nuovo*, sua implantação foi determinada pelo governo da República Velha de Veneza, com o objetivo de monitorar a presença judaica na cidade. Isso implicava que, embora houvesse algumas oportunidades econômicas e sociais, os judeus eram continuamente segregados e excluídos da sociedade cristã mais ampla. Como podemos verificar na citação abaixo.

O primeiro gueto oficial da Europa foi estabelecido em Veneza em 1516, conhecido como *Ghetto Nuovo*. Sua criação foi determinada pelo governo da República de Veneza, que buscava controlar a presença judaica na cidade, ao mesmo tempo em que se beneficiava economicamente das atividades comerciais e financeiras desempenhadas pelos judeus (STOW, 1986; MILLS, 2001).

Ou:

O Senado da Sereníssima República de Veneza emitiu um decreto em 29 de março de 1516 confinando os judeus presentes na cidade a um recinto separado, segregando-os do restante da população e marcando o estabelecimento do primeiro gueto da Itália e da Europa. (GHETTO VENEZIA, 2025)

A denominação gueto provavelmente surge do termo italiano “geto”, que faz referência as áreas onde ocorriam a fundição de ferro nos arredores de Veneza, nelas as comunidades judaicas foram circunscritas e impedidas de circularem livremente, vivendo sobre rígido monitoramento.

Esta forma de confinamento urbano, foi utilizada como alusão para outros guetos na Europa nos séculos seguintes, sendo referência na segregação social e religiosa do povo judeu posteriormente.

A Revolução do *Nostra Aetate* (1965) e o Contexto Histórico do Concílio Vaticano II

O Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII em 1959 e finalizado por seu sucessor, Papa Paulo VI, em 1965, foi um marco significativo na trajetória da Igreja Católica.

O objetivo do Concílio Vaticano II foi **atualizar a Igreja ("aggiornamento")**¹, adaptando-a às realidades do mundo moderno sem romper com a tradição, para promover a fé católica, renovar os costumes, e melhorar a adaptação da disciplina eclesiástica à sociedade atual. Ele também buscou promover a participação dos leigos e o diálogo com o mundo, para que a Igreja pudesse anunciar o Evangelho de forma mais eficaz e estar a serviço do Reino de Deus (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 4).

O objetivo do Concílio era atualizar a Igreja, conforme as palavras do Papa Rocalli: descer "ao tempo presente" com o "remédio da misericórdia mais do que o da severidade". (LOMONACO, 2022).

Um de seus desafios era fomentar o ecumenismo e marcar o início de um longo caminho de retorno a suas raízes, além lidar com os desafios do mundo contemporâneo.

Uma das principais metas do Concílio foi o diálogo inter-religioso, com o objetivo de fomentar a paz e o entendimento entre as diferentes religiões e principalmente com o Judaísmo. Promulgado em 28 de outubro de 1965, a Declaração *Nostra Aetate* refletiu diretamente essa intenção, particularmente no que se refere à relação da Igreja com o judaísmo.

Uma das afirmações mais significativas da *Nostra Aetate* foi a negação da acusação de "deicídio", que sustentava que todos os judeus, enquanto povo, eram culpados pela morte de Jesus. Ela deixa claro que essa culpa não poderia ser atribuída nem aos judeus da época de Jesus nem aos judeus contemporâneos, afirmando que a maioria dos judeus não foi responsável pela morte de Cristo.

Ainda que as autoridades dos judeus e os seus sequazes urgiram a condenação de Cristo à morte (13) não se pode, todavia, imputar indistintamente a todos os judeus que então viviam, nem aos judeus do nosso tempo, o que na Sua paixão se perpetrou. E embora a Igreja seja o novo Povo de Deus, nem por isso os judeus devem ser apresentados como reprovados por Deus e malditos, como se tal coisa se concluisse da Sagrada Escritura. Procurem todos, por isso, evitar que, tanto na catequese como na pregação da palavra de Deus, se ensine seja o que for que não esteja conforme com a verdade evangélica e com o espírito de Cristo...

De resto, como a Igreja sempre ensinou e ensina, Cristo sofreu, voluntariamente e com imenso amor, a Sua paixão e morte, pelos pecados de todos os homens, para que todos alcancem a salvação. O dever da Igreja, ao pregar, é, portanto, anunciar a cruz de Cristo como sinal do amor universal de Deus e como fonte de toda a graça" (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 4)

¹ Grifo nosso.

O documento reiterou e reitera que o cristianismo tem profundas origens no judaísmo, enfatizando que Jesus, seus apóstolos e os primeiros cristãos eram judeus. “Sondando o mistério da Igreja, este sagrado Concílio recorda o vínculo com que o povo do Novo Testamento está espiritualmente ligado à descendência de Abraão” (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 4).

Além disso, a declaração *Nostra Aetate* destacou a relevância da Bíblia Hebraica (Antigo Testamento) para os cristãos, enfatizando a profunda conexão entre as duas religiões.

A declaração *Nostra Aetate* manifestou apoio ao povo judeu, condenando a discriminação religiosa e racial contra eles. O documento enfatizou que, apesar das diferenças teológicas significativas entre o cristianismo e o judaísmo, ambos têm um patrimônio espiritual comum.

Com efeito, a Igreja de Cristo reconhece que os primórdios da sua fé e eleição já se encontram, segundo o mistério divino da salvação, nos patriarcas, em Moisés e nos profetas. Professa que todos os cristãos, filhos de Abraão segundo a fé (6), estão incluídos na vocação deste patriarca e que a salvação da Igreja foi misticamente prefigurada no êxodo do povo escolhido da terra da escravidão. A Igreja não pode, por isso, esquecer que foi por meio desse povo, com o qual Deus se dignou, na sua inefável misericórdia, estabelecer a antiga Aliança, que ela recebeu a revelação do Antigo Testamento e se alimenta da raiz da oliveira mansa, na qual foram enxertados os ramos da oliveira brava, os gentios (7). Com efeito, a Igreja acredita que Cristo, nossa paz, reconciliou pela cruz os judeus e os gentios, de ambos fazendo um só, em Si mesmo (8). (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 4)

Além disso, a Igreja, que reprova quaisquer perseguições contra quaisquer homens, lembrada do seu comum patrimônio com os judeus, e levada não por razões políticas, mas pela religiosa, caridade evangélica, deplora todos os ódios, perseguições e manifestações de anti-semitismo, seja qual for o tempo em que isso sucedeu e seja quem for a pessoa que isso promoveu contra os judeus. (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 4)

O documento apresenta caminhos para conduzir o diálogo nas relações judaico-cristãs, além de indicar o diálogo com outras religiões, como o Islamismo, o Hinduísmo e o Budismo.

Hoje, que o género humano se torna cada vez mais unido, e aumentam as relações entre os vários povos, a Igreja considera mais atentamente qual a sua relação com as religiões não-cristãs. E, na sua função de fomentar a união e a caridade entre os homens e até entre os povos, considera primeiramente tudo aquilo que os homens têm em comum e os leva à convivência. (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 1)

Por meio do Concílio, a Igreja Católica começou a adotar uma postura mais reflexiva a respeito dos “laços comuns da humanidade e da inquietação religiosa do homem” incentivando o diálogo com outras tradições religiosas, reconhecendo sua dignidade e buscando fomentar a paz.

A Igreja católica nada rejeita do que nessas religiões existe de verdadeiro e santo. Olha com sincero respeito esses modos de agir e viver, esses preceitos e doutrinas que, embora se afastem em muitos pontos daqueles que ela própria segue e propõe, todavia, reflectem não raramente um raio da verdade que ilumina todos os homens. No entanto, ela anuncia, e tem mesmo obrigação de anunciar incessantemente Cristo, «caminho, verdade e vida» (Jo. 14,6), em quem os homens encontram a plenitude da vida religiosa e no qual Deus reconciliou consigo todas as coisas (4). (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 1)

A Declaração *Nostra Aetate* foi um marco na retomada da relação da Igreja com o Judaísmo. Ela é o caminho para curar as feridas abertas por séculos de hostilidades entre a Igreja Católica e o Judaísmo. Com ela, a Igreja começou uma nova etapa na relação e reconhecimento do judaísmo, dando um passo significativo para retificar as injustiças históricas cometidas ao longo dos séculos.

Depois da promulgação da Declaração, a Igreja Católica começou a implementar diversas ações para estreitar os laços com as comunidades judaicas. Entre essas iniciativas estão o reconhecimento do Dia de Luto pelos Judeus na liturgia católica, a visita histórica do Papa João Paulo II à Sinagoga de Roma em 1986 e outros atos de reconciliação.

A *Nostra Aetate* encorajou a Igreja Católica a procurar um entendimento mais profundo e respeitoso com as demais religiões, como o Islamismo e o Hinduísmo, essa abertura representou um convite ao diálogo pacífico e ao respeito recíproco.

A Declaração foi recebida como uma mudança positiva dentro da Igreja, sobretudo entre os clérigos e teólogos que advogavam por uma maior abertura e reconciliação com o mundo contemporâneo. O documento foi considerado um avanço significativo na relação judaico-cristã, na luta contra o antisemitismo e um meio de fomentar a paz religiosa.

O que nós, Judeus, aprendemos de vós, Cristãos, durante esses últimos 50 anos?

Que a Igreja Católica, mas também as Igrejas protestantes, os eminentes membros das Igrejas ortodoxa e anglicana, decidiram reatar com as fontes e valores judaicos inscritos no coração da identidade de Jesus e dos apóstolos.

Num caminhar, do qual a sinceridade foi comprovada, a Igreja efetuou uma reviravolta decisiva, de alcance teológico. Doravante através dela, o povo judeu não é mais tido como responsável pela morte de Jesus; a fé cristã não anula e nem substitui a Aliança realizada entre Deus e o povo de Israel; o antijudaísmo, que frequentemente acalentou o antisemitismo e que, outrora, alimentou o ensinamento doutrinal; o povo judeu não é mais considerado povo banido; e o Estado de Israel é doravante reconhecido pelo Vaticano.

Este retorno não é só para nós Judeus, uma feliz tomada de consciência. Ele testemunha também uma capacidade extraordinária a ser avaliada em nome dos mais fundamentais valores religiosos e éticos. Nisto ele santifica o nome de Deus, forja para sempre o respeito e constitui um precedente de caráter exemplar para todas as religiões e convicções espirituais do planeta. (RIBEIRO; RAMOS, 2017, p. 81-82).

A *Nostra Aetate* foi recebida com alívio e esperança pela maioria da comunidade judaica. Mais tarde, o Papa João Paulo II continuou a fomentar um contato histórico com os judeus, declarando a profunda dor da Igreja pelo que lhes foi imposto durante a segunda guerra mundial pela Shoah e pedindo desculpas ao povo judeu pelas barbaridades sofridas.

... o Papa João Paulo II afirmou repetidamente que o antisemitismo é “um pecado contra Deus e a humanidade”. No Muro ocidental de Jerusalém recitou a seguinte oração: Deus de nossos pais, Tu que escolhestes Abraão e seus descendentes para trazer o Teu Nome às Nações. Estamos profundamente entristecidos com o comportamento daqueles que, ao longo da história, causaram sofrimentos aos Teus filhos e, pedindo o Teu perdão”, desejamos comprometer-nos à fraternidade genuína com o povo da Aliança. (RIBEIRO; RAMOS, 2017, p. 72).

A Igreja foi convidada a demonstrar um novo respeito pelas tradições judaicas e evitar o uso de linguagem antisemita em suas pregações e orações.

As gerações de católicos que cresceram após a promulgação da Declaração *Nostra Aetate* experimentaram um contexto teológico significativamente mais receptivo e respeitoso em relação aos judeus. O documento da Santa Sé serviu como uma base para o futuro dos encontros e entendimentos, o diálogo entre judeus e cristãos passou a ser incentivado e desejado pela Igreja.

Em 30 de outubro de 1989, a Comissão para o ecumenismo e o diálogo da Conferência dos Bispos Italianos proclamava o “Dia do diálogo judaico-católico”. Esta jornada foi lançada com o espírito de “aprofundar o diálogo através de um maior conhecimento recíproco, superar os preconceitos, redescobrir os comuns valores bíblicos e criar iniciativas comuns para a justiça, a paz e a salvaguarda da criação e, se possível, trocar visitas”. A data que antecede a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos não é casual, significa “a distinção que o diálogo com os judeus deve ter com relação ao ecumenismo, mas ao mesmo tempo a atenção aos valores comuns, principalmente fundados na Bíblia, que judeus e cristãos compartilham. (VATICAN NEWS, 2021)

Além de suas consequências no diálogo inter-religioso, teve um efeito importante na forma como o antisemitismo foi tratado na sociedade. A partir de 1965, países e organizações internacionais começaram a avaliar e condenar práticas discriminatórias contra os judeus, contribuindo para o surgimento de um movimento global em prol da tolerância religiosa e da convivência pacífica, como: a Declaração *Nostra Aetate*, A semana de oração pela unidade dos cristãos, o dia do Diálogo Judaico cristão, as visitas dos Papas João Paulo II (em 2000), e Francisco (em 2014), os textos e trabalhos científicos desenvolvidos pelo Centro Cristão de Estudos Judaicos só para citar alguns exemplos .

A *Nostra Aetate* é um documento essencial para a Igreja Católica, que procurava uma nova perspectiva sobre sua conexão com suas raízes judaicas. Nos anos iniciais, após a

promulgação do documento, as mudanças sugeridas foram implementadas de forma gradual. A nova posição foi recebida com entusiasmo por muitos membros da Igreja, apesar de alguma resistência. O trabalho ainda não acabou, é importante fazer este e outros documentos serem conhecidos para que a caminhada em direção ao diálogo, ao respeito e a paz se solidifique.

Essa declaração abriu caminho para o início de reuniões e diálogos oficiais entre representantes da Igreja Católica e líderes judaicos. Os primeiros exemplos incluem reuniões e conferências além do incentivo da Igreja para que os católicos adotem atitudes mais respeitosas e solidárias. Um dos marcos importantes na história do diálogo inter-religioso foi o Concílio Vaticano II, realizado pela Igreja Católica Romana entre 1962 e 1965. Além disso, líderes religiosos como Mahatma Gandhi, Martin Luther King Jr., Madre Teresa, Papa Francisco, entre outros, desempenharam papéis fundamentais na promoção do diálogo e da cultura da paz.

O Papa Paulo VI teve um papel fundamental na aplicação das orientações do documento, fortalecendo a dedicação ao diálogo entre as religiões. A partir desse ponto, papas subsequentes, incluindo João Paulo II, Bento XVI e Francisco, prosseguiram com o esforço de solidificar as alterações estabelecidas por esse legado, com documentos, pronunciamentos, visitas a Terra Santa, já citados anteriormente em nosso texto.

O Diálogo Inter-religioso: Avanços e Desafios

Nos anos seguintes, a Igreja Católica aumentou seus esforços para criar laços mais profundos e sinceros com a comunidade judaica. Com a criação de novas organizações e iniciativas para fomentar a compreensão mútua, como o Comitê de Diálogo Judaico-Católico, fundado em 1970, o diálogo inter-religioso passou a ser uma prioridade em várias esferas da Igreja.

Uma das ações mais significativas após a *Nostra Aetate* ocorreu em 1986, quando o Papa João Paulo II visitou a Sinagoga de Roma e afirmou que os judeus não deveriam ser considerados "deicidas", nem responsabilizados pela morte de Jesus. Esse acontecimento foi um ponto crucial nas relações judaico-cristãs, evidenciando a magnitude da mudança no Vaticano e a vontade de prosseguir com o processo de reconciliação.

O abraço entre São João Paulo II e o rabino-chefe de Roma, Elio Toaff, selou uma visita que permanece e ficará gravada no coração e na memória de muitas pessoas. Naquele dia de abril de 1986, pela primeira vez, um Papa cruzou o limiar da Sinagoga fazendo um gesto que depois os seus sucessores teriam repetido. Uma etapa, portanto, de um caminho importante composto também de orações dos Papas escritas num bilhete e inserido nas fendas do Muro das Lamentações em Jerusalém, assim como de visitas a Auschwitz e outros gestos. Um caminho cujas raízes sem dúvida estão na Nostra Aetate. É

interessante notar, relendo os discursos dos protagonistas daquele dia de 35 anos atrás, as referências a este documento conciliar, assim como à figura de São João XXIII. (VATICANO NEWS, 2021)

Embora tenha havido progressos, o diálogo inter-religioso com os judeus enfrentou desafios. Nas décadas seguintes, surgiram críticas de que, apesar da *Nostra Aetate* ter incentivado uma mudança importante no discurso oficial da Igreja, a aplicação prática dessa nova perspectiva não foi consistente em todas as paróquias e instituições de ensino católicas, demonstrando que ainda temos um longo caminho a ser trilhado. Esse caminho pode ser comprovado pelo belo esforço da Igreja e de algumas congregações religiosas (como, por exemplo, a Congregação dos Religiosos de Nossa Senhora de Sion), para divulgar e fazer o som do Concilio Vaticano II e da Declaração *Nostra Aetate* continuarem sendo ouvidos pela Igreja. Citamos alguns documentos e eventos que corroboram nossa ideia; Adão, onde estás? Texto da visita do Papa Francisco ao Yad Vashem, em 2014; Declaração para o Jubileu da fraternidade a vir (RIBEIRO; RAMOS, 2019, p.79-83).

De maneira geral, a comunidade judaica respondeu de forma positiva a declaração, vendo-a como um importante avanço rumo à reconciliação e ao reconhecimento das injustiças históricas enfrentadas por seu povo, como podemos ler na Declaração para o Jubileu da fraternidade a vir, texto já citado anteriormente.

No ano 2000, o Papa João Paulo II pediu desculpas pelas atrocidades perpetradas contra os judeus durante a Shoah (conforme apresentado na Folha de São Paulo de 13 de março de 2000), em uma visita ao Memorial em Yad Vashem, João Paulo II reconheceu a perseguição aos judeus, um ato que foi muito apreciado pela comunidade judaica. Esse pedido de perdão passou a ser um exemplo para outros papas e líderes religiosos.

Apesar da *Nostra Aetate* ter representado um avanço significativo, muitos judeus e católicos entenderam que o diálogo inter-religioso demandaria algo além de ações simbólicas. Ele demandaria um compromisso constante com a educação, a tolerância e a erradicação das origens do preconceito e da desinformação. Assim, as reflexões após a declaração se concentraram em fortalecer esse diálogo e torná-lo mais eficiente nas comunidades locais.

Ao final do século XX e início do século XXI, novas gerações de líderes católicos e judeus passaram a participar de forma mais ativa no diálogo inter-religioso. Instituições como o “Centro de Diálogo Judaico-Católico” e “Acordo Internacional sobre a Tolerância Religiosa” foram estabelecidas para assegurar que a comunicação entre as duas religiões não fosse apenas uma prioridade, mas uma prática cotidiana, podemos ler muita produção sobre o tema do diálogo, por exemplo, no site Vatican News, Mundo Educação, periódico Científico Revista Cadernos de Sion do CCDEJ, só para citar algumas fontes.

Após a Declaração, o antisemitismo emergiu como um tema importante nas discussões, levando a Igreja Católica e outras organizações religiosas a adotarem medidas para combater esse tipo de ódio. As declarações Papais contra o antisemitismo, como as proferidas pelo Papa Francisco,² permanecem fundamentais para condenar o ódio e fomentar a educação contra preconceitos.

Contudo, mesmo com as reformas e gestos de reconciliação, a *Nostra Aetate* não conseguiu impedir o ressurgimento do antisemitismo em diversas regiões do mundo, particularmente com o crescimento da intolerância religiosa e do nacionalismo extremista no século XXI. A relação entre judeus e cristãos seguiu sendo afetada por preconceitos históricos, disputas políticas e a intensificação do sentimento antisemita em certas áreas da Europa e do Oriente Médio.

A Declaração da *Nostra Aetate* permanece como um ponto de referência significativo na história das relações entre judeus e cristãos. Apesar de a aplicação completa de seus ensinamentos demandar tempo e dedicação constante, o documento é fundamental para estabelecer relações inter-religiosas mais respeitosas e colaborativas, criando um marco para o diálogo inter-religioso mundial e ajudando a fomentar uma cultura de paz e compreensão recíproca.

Com o mundo se tornando cada vez mais globalizado e diverso, manter e expandir o diálogo inter-religioso continua sendo um desafio para as gerações futuras. A *Nostra Aetate* deixou um legado que serve como base sólida para esse trabalho, porém é fundamental que católicos, judeus e líderes de outras religiões se dediquem constantemente a fomentar o respeito, a justiça e a paz entre todas as comunidades religiosas.

Considerações finais

A história das relações entre judeus e cristãos é marcada por períodos de intensa ruptura, seguidos por momentos de reconciliação. As tensões entre as comunidades foram constantes desde os primórdios do cristianismo, quando se consolidou a separação entre as duas tradições religiosas, passando por séculos de perseguições, discriminação e hostilidade. As Cruzadas, as Inquisições e os pogroms em diferentes momentos da Idade Média são apenas alguns exemplos

² Discurso do Papa Francisco aos responsáveis da comunidade judaica de Roma - sexta-feira, 11 de outubro de 2013 – site do Vaticano. Discurso do Santo Padre Francisco aos professores e alunos do Pontifício Instituto Bíblico e aos participantes da Conferência: “Jesus e os fariseus: Uma revisão interdisciplinar” – quinta feira, 09 de maio de 2019 – site do Vaticano.

de como as relações se deterioraram, impulsionadas por alegações de deicídio, demonização dos judeus e condenação de sua resistência à conversão ao cristianismo.

Embora tenham ocorrido essas rupturas, também ocorreram gestos ocasionais de reconciliação, como as tentativas de diálogo em momentos específicos da história, frequentemente silenciadas pelo intenso antijudaísmo institucionalizado na Igreja. Entretanto, a partir do século XX, especialmente após o término da Segunda Guerra Mundial e o efeito da Shoah, a necessidade de reexaminar as relações judaico-cristãs transformou-se em uma questão de sobrevivência moral e ética. Por meio do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica admitiu a necessidade de superar séculos de hostilidade, criando um entendimento e fomentando a reconciliação com o povo judeu, com a promulgação do *Nostra Aetate* em 1965.

Desse modo, a *Nostra Aetate* constituiu o ponto de inflexão fundamental na trajetória das relações entre judeus e cristãos. Ao declarar que os judeus não deveriam ser responsabilizados pela morte de Jesus e ao reconhecer a importância da herança judaica no cristianismo, o documento marcou o término de um período de preconceito teológico e deu início a uma nova era de respeito, compreensão e diálogo entre as religiões.

Referências Bibliográficas

BENTLEY, Jerry H. **História da Idade Moderna: da Renascença ao Absolutismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 211.

BENSON, Peggy. **A Inquisição na Espanha: perseguição e conversão forçada de judeus**. São Paulo: Loyola, 2001. p. 78-80.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição revista. São Paulo: Paulus, 2002.

CENTRO CRISTÃO DE ESTUDOS JUDAICOS. **Trabalhos e publicações**. Disponível em: <https://www.pucsp.br/ccej>. Acesso em: 20 out. 2025.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E CARIBE.

Documento de Aparecida: *Texto Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americanano e do Caribe*. Aparecida, SP, 2007.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituições, decretos e declarações do Concílio Vaticano II. 1962-1965. Disponível em:

https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

CONCÍLIO VATICANO II. Declaração Nostra Aetate. In: CONCÍLIO VATICANO II. *Documentos do Concílio Vaticano II*. 30. ed. São Paulo: Paulus, 2000. p. 497-504.

FALBEL, Ana Lucia. **Os massacres contra os judeus ashkenazim na Primeira Cruzada**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de São Paulo, 1997.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium**: *sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulus; Loyola, 2013.

FRANCISCO, Papa. **Discurso aos responsáveis da comunidade judaica de Roma.**

Vaticano, 11 out. 2013. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/october/documents/papa-francesco_20131011_comunita-ebraica.html. Acesso em: 20 out. 2025.

FRANCISCO, Papa. **Discurso aos professores e alunos do Pontifício Instituto Bíblico e aos participantes da Conferência:** “*Jesus e os fariseus: Uma revisão interdisciplinar*”.

Vaticano, 9 mai. 2019. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/may/documents/papa-francesco_20190509_conferenza-biblico.html. Acesso em: 20 out. 2025.

GHETTO VENEZIA. **The History.** Disponível em: <https://www.ghettovenezia.com/en/the-history/>. Acesso em: 20 out. 2025.

HADDAD, Philippe. **Jesus fala com Israel: uma leitura judaica de parábolas de Jesus.** São Paulo: CCDEJ / Fons Sapientiae, 2015.

HESCHEL, Abraham Joshua. **Deus em busca do homem: filosofia da religião judaica.** São Paulo: Perspectiva, 2000. p. 112.

HESCHEL, Abraham Joshua. **O povo do livro e a fé do homem: judeus e cristãos ao longo da história.** São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 123-125.

HESCHEL, Abraham Joshua. **The Prophets.** New York: Harper & Row, 1976.

ISAAC, Jules. **A gênese do antisemitismo: ensaio histórico.** Tradução: Marcos Bagno. Rio de Janeiro: Imago, 1999. p. 169.

IGREJA CATÓLICA. **Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos.** Disponível em: <https://www.cef.org.br/semana-de-oracao-pela-unidade-dos-cristaos>. Acesso em: 20 out. 2025.

IGREJA CATÓLICA. **Dia do Diálogo Judaico-Cristão.** Disponível em: <https://www.cef.org.br/dia-do-dialogo-judaico-cristao>. Acesso em: 20 out. 2025.

JOÃO PAULO II. **Discurso no Memorial Yad Vashem.** Jerusalém, 23 mar. 2000.

Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2000/jan-mar/documents/hf_jp-ii_spe_20000323_yad-vashem-mausoleum.html. Acesso em: 20 out. 2025.

JOSEFO, Flávio. **Antiguidades Judaicas.** Tradução de Vicente Pedroso. São Paulo: Editora das Américas, 1956. Livro XVIII, cap. 3, §3.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2003. p. 312-314.

LOMONACO, Amedeo. **Sessenta anos atrás o primeiro ato do Concílio, porta da Igreja aberta para o mundo.** Vaticano News, 11 out. 2022. Disponível em:

<https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-10/60-anos-da-abertura-concilio-vaticano-ii.html>. Acesso em: 20 out. 2025.

LUTERO, Martinho. **Obras Selecionadas: Da que Jesus Cristo nasceu judeu (1523); Dos judeus e suas mentiras (1543).** São Leopoldo: Sinodal, 1989.

LUTERO, Martinho. **Dos judeus e suas mentiras, 1543.** In: LUTERO, Martinho. *Obras Selecionadas.* São Leopoldo: Sinodal, 1989. p. 223.

MILLS, Charles. **Venetian Jews and Economic Life.** New York: Routledge, 2001.

RIBEIRO, Donizete Luiz; RAMOS, Marivan Soares (org.): **Jubileu de ouro do diálogo católico-judaico: primeiros frutos e novos desafios**. São Paulo: Fons Sapientiae, 2017.

STOW, Kenneth. **The Jews in Venice: Fourteenth Century to the End of the Ghetto**. London: Vallentine Mitchell, 1986.

SANDERS, E. P. **Jesus e o judaísmo**. São Paulo: Loyola, 2003. p. 45.

VATICAN NEWS. **Há 35 anos, a histórica visita de São João Paulo II à Sinagoga de Roma**. Vaticano News, Roma, 13 abr. 2021. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2021-04/sao-joao-paulo-ii-visita-sinagoga-roma.html>. Acesso em: 17 out. 2025.

VATICAN NEWS. **Papa: judeus e católicos juntos para um mundo mais fraterno**. Vaticano, 22 nov. 2022. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-11/papa-francisco-congresso-judaico-mundial.html>. Acesso em: 12 out. 2023.